Processo nº 78/2002

Data : 25 de Julho de 2002

- Assuntos: - Recurso do despacho de pronúncia
- Legitimidade do Ministério Público
- Subida do recurso
- Inutilidade supeveniente da lide

SUMÁRIO

1. Estando o recurso limitado à parte do despacho de pronúncia que julgou a legitimidade do Ministério Público na dedução da acusação, não é da subida imediata mas sim a subir com o recurso da decisão que põe termo à causa.
2. O recurso cuja retenção absolutamente inútil é apenas aquele cujo resultado, seja qual for, devido à retenção, já não pode ter qualquer eficácia dentro do processo.

O Relator,

Choi Mou Pan

Recurso nº 78/2002

Recorrente: A

(Incidente)

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da

R. A. E. M.

Nos presentes autos de processo penal, o Ministério Público acusou o arguido ora recorrente A pela prática de:

- Um crime de furto p. e p. pelo artigo 197º nº 1 do Código Penal;
- Um crime de ofensa à integridade física p. e p. pelo artigo 137º nº 1 do Código Penal; e
- Um crime de coacção p. e p. pelo artigo 147º nº 1 do Código Penal.

Notificado da acusação, o arguido requereu a abertura da

instrução. Finda desta, o MMº Juiz de Instrução criminal proferiu o despacho de pronúncia, mantendo os factos articulados na acusação e a sua qualificação jurídica.

Do despacho, o arguido recorreu tão só da parte em que julgou a legitimidade do Ministério Público na dedução da acusação.

Admitido o recurso e autuado em separado, a subir imediatamente e com efeito meramente devolutivo.

Nesta instância, o Relator proferiu despacho convidando o arguido para pronunciar acerca do modo de subida do presente recurso, dado que pudesse eventualmente o Tribunal *ad quem* entender diferente do que tinha sido fixado pelo Tribunal *a quo*.

Veio o arguido pronunciar alegando que, por ter entendido a retenção do recurso torná-lo absolutamente inútil, devia o recurso subir imediatamente nos próprios autos e com efeito suspensivo.

Notificado disto, o Ministério Público não se pronunciou sobre a questão levantada.

Foram dispensados os vistos dos Mmºs Juizes Adjuntos, e realizada a conferência para a decisão da questão de fixação do regime do recurso.

Cumpra-se assim decidir.

Foi ao presente recurso atribuído o modo de subida imediata, em separado, com efeito meramente devolutivo, nos termos dos artigos

396º (nº 2, como é óbvio) e 397º (fl. 28 do presente processo).

Quanto ao momento da subida, a Mm^a Juiz do processo não indicou especificamente quais os números deste artigo do Código de Processo Penal aplicáveis.

Se ajuizamos bem, tendo em conta que os autos foram processados em separado a subir de imediato, e com os artigos citados, deve a subida do recurso ser fixada com base no fundamento que a retenção do recurso se tornaria absolutamente inútil nº 2 do artigo 297º do CPP, tal como o mesmo entendimento do arguido.

Salvo o devido respeito, não nos se afigura correcto o modo de subida fixado, pois não se ter justificado a inutilidade absoluta da sua retenção.

Tem-se entendido na jurisprudência, a expressão “absolutamente inútil” deve ser tomada no seu significado rigoroso, restrito, não bastando uma inutilidade relativa, a que corresponde a anulação de processado posterior, para justificar a subida imediata de um recurso: há-de ser tal que, se o recurso não for apreciado imediatamente, já não servirá de nada,¹ ou seja, o recurso cuja retenção absolutamente inútil é apenas aquele cujo resultado, seja qual for, devido à retenção, já não pode ter qualquer eficácia dentro do processo.²

Nos presentes autos, a retenção do recurso não se torna

¹ Ac. de R. P de 12/12/1989, BJM 392º p. 517.

² Ac. da R.P. de 18/03/1991, BJM 405º p. 535.

absolutamente inútil, porque na hipótese a acção penal seja julgada, pode o arguido, caso seja condenado, recorrer da sentença final e, com a subida do presente recurso, o Tribunal de recurso apreciará a questão respeitante à parte de que tem como objecto o presente recurso.

Quer dizer tudo aponta à inexistência de um resultado irreversivelmente oposto ao efeito jurídico visado pela interposição do presente recurso.

Não se diga o recurso foi separado do principal, enquanto o processo principal prossegue os seus próprios termos processuais.

Seria mais lógico e processualmente mais económico apreciar o presente recurso no momento em que apreciará o eventual recurso do Acórdão final, que põe termo à causa (artigo 397º nº3 do C.P.P.)

Pelo que e por não haver inutilidade absoluta, deve fixar ao recurso o modo de subida diferida, nos termos do artigo 397º nº 3 do Código de Processo Penal.

Notifique.

Dê baixa.

Aos 25 de Julho de 2002

Choi Mou Pan (Relator) – José Maria Dias Azedo - Lai Kin Hong